



Proposta de Orçamento de Estado para 2020 deve ser devolvida porque não reflecte os desafios do país

A Assembleia da República está a discutir, desde esta quarta-feira, as propostas de Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento de Estado (OE) para 2020. Trata-se dos primeiros instrumentos de governação do Quinquénio 2020-2024 e são discutidos numa altura em que o mundo enfrenta a pandemia da covid-19, uma doença que infectou perto de dois milhões de pessoas e já fez cerca de 120 óbitos em todo o mundo. Em Moçambique, dados actualizados na terça-feira, 14 de Abril, apontam para 28 casos confirmados, dos quais 26 activos e dois recuperados.

Além dos números assustadores de pessoas infectadas e dos óbitos, o maior problema desta pandemia serão os seus efeitos económicos e sociais, sobretudo para países subdesenvolvidos como é o caso de Moçambique. Nesse sentido, era expectável que o Governo reflectisse, nas propostas de PES e do OE, as formas através das quais vai proteger as famílias mais desfavorecidas e as micro,

pequenas e médias empresas dos efeitos nefastos da pandemia da covid-19.

Mas os dois instrumentos de governação em debate no Parlamento dão a ideia de que Moçambique está imune aos efeitos económicos sociais devastadores causados pela pandemia da covid-19, e a natureza despesista da proposta de Orçamento de Estado para 2020 mostra um sentido consumista dos governantes. Por exemplo, a previsão de despesa de funcionamento no OE para 2020 é de 66,1% da despesa total. Essa previsão representa um aumento de 8,3% em relação à despesa de funcionamento de 2019 e isso acontece num ano em que se espera que os recursos internos cresçam em apenas 1,0%.

Mais ainda, Governo prevê, nas suas propostas, um crescimento económico de 2,2%, ignorando a conjuntura económica mundial e regional onde as perspectivas apontam para um cenário de re-

cessão. O executivo não explica como será possível alcançar esse crescimento económico, num cenário em que a actividade económica nacional tende a abrandar e os preços dos principais produtos de exportação de Moçambique estão a cair.

O Governo não mostra, por exemplo, como é que, perante a pandemia da covid-19, o Estado está a se organizar para apoiar as famílias que neste momento não podem sair de casa; os sectores formal e informal que não estão a produzir ou estão a operar a meio-gás.

O executivo não explica as medidas que irá tomar para assegurar que a economia continue a funcionar e que haja produção de comida. Apesar de cumprir com o com-

promisso de alocar 10,2% do Orçamento de Estado para a agricultura, o Governo não fornece informações sobre como irá operacionalizar a produção de comida para o consumo nacional. Por outras palavras, a alocação de 10,2%, apesar de estar em linha com a Declaração de Maputo, não vai, por si só, resolver os problemas estruturais de que enferma a agricultura em Moçambique, um sector que emprega mais de 70% da força de trabalho e representa 25% da economia.

Além da ausência de um plano concreto de resposta à pandemia da covid-19, as propostas do PES e do OE para 2020 não apresentam as verbas que serão alocadas às instituições de Defesa e Segurança, no-

meadamente o Ministério da Defesa Nacional (MDN); o Ministério do Interior (MINT); o Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE), Casa Militar e a Presidência da República. Esta omissão ocorre numa altura em o Governo está a contratar empresas de mercenários para combater os insurgentes que actuam no centro e norte de Cabo Delgado.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) defende que as propostas de Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado para 2020 devem ser devolvidas ao Governo porque não reflectem os desafios do país, num contexto da pandemia de covid-19 e dos ataques armados em Cabo Delgado.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of: CDD CENTRO PARA A DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO sahrdn

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa: CDD CENTRO PARA A DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO sahrdn

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

A jude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

